

## **ATA DA REUNIÃO 010 DO CONSELHO PARTICIPATIVO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUAS E ESGOTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – MRAE/ES**

### **Justificativa para a Não Realização das Reuniões Ordinárias (Setembro, Outubro e Novembro de 2025)**

As reuniões ordinárias previstas no calendário anual para os meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2025 não foram realizadas devido à ausência de pontos de pauta considerados relevantes e urgentes para deliberação do Conselho.

Não obstante, os conselheiros mantiveram-se ativamente envolvidos nas atividades do setor. Nesse período, representantes do Conselho participaram dos seguintes eventos institucionais:

- Assinatura da Ordem de Serviço da Parceria Público-Privada (PPP) de esgotamento sanitário, abrangendo os 43 municípios sob concessão de serviços de saneamento da CESAN.
- Assinatura do Contrato com o BNDES para a estruturação do projeto Universaliza.ES.
- Conferência Estadual das Cidades.

### **Abertura da Reunião ordinária do dia 10/12/2025**

No dia dez do mês de dezembro de 2025, às 14h00, no auditório do Sindaema, localizado no Edifício Vitória center - andar, Av. Princesa Isabel, 629 - Centro, Vitória - ES, reuniu-se o Conselho Participativo do Colegiado Regional da Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Espírito Santo - MRAE/ES, nos termos da Lei Complementar nº 968, de 14 de julho de 2021, conforme convocação enviada no grupo de WhatsApp dos membros do Conselho. A reunião ocorreu de forma híbrida, conforme acordado na última reunião. Estiveram presentes os seguintes representantes de forma presencial: Titular representante da Assembleia Legislativa do ES - ALES: Merci Pereira Fardin e Adailson Freire da Costa; Titular representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES/ES: Lorena Olinda Degasperi Rocha; Titular do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado do Espírito Santo – Sindaema: Fabio Giori Smarçaro; Titular da Federação Metropolitana do Movimento Popular da Grande Vitória - FEMMP-GV: Marcia Margareth de Souza G. Silva. De forma online participaram da reunião: Titular do Movimento Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Denice Silva Gonçalves; Titular da CUT, Leila Issa Vilaça. Titular da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo - FAMOPES Mario Cesar do Nascimento Moreira.

Às 14h15, teve início a reunião do Conselho Participativo, sob a coordenação da Sra. Lorena Olinda Degasperi Rocha. A Coordenadora deu as boas-vindas a todos os presentes e apresentou a pauta da reunião, que incluía: Apresentação dos novos membros do CONSPART, Aprovação do Regimento Interno do Conselho Participativo e Calendário de Reuniões 2026.

## ASSUNTOS TRATADOS

### 1. Apresentação de Novo Membro

Foi formalmente apresentada a nova conselheira, Sra. Marcia Margareth de Souza G. Silva, que assumiu a vaga do conselheiro Marcello Rosa da Costa, representando a FEMMP-GV.

### 2. Discussão e Ajustes do Regimento Interno

A pauta principal da reunião concentrou-se na avaliação e leitura do Regimento Interno. Os conselheiros realizaram a leitura atenta do documento, incorporando considerações prévias. Contudo, não foi possível chegar a um consenso para a aprovação imediata.

Foi unanimemente reconhecida a importância de aprimorar o Regimento a fim de criar mecanismos eficazes para a substituição de instituições que demonstrem desinteresse ou inatividade prolongada. Observou-se que a ausência de manifestação por parte de algumas entidades, apesar dos ofícios enviados, tem levado ao enfraquecimento da representatividade do CONSPART.

Dada a extensão da discussão, que ultrapassou o horário inicialmente estabelecido, foi deliberado que seria realizada uma **Reunião Extraordinária no dia 20 de Janeiro de 2026, às 14h00**, com o objetivo de finalizar a redação do Regimento Interno com as adequações necessárias e aprovar o Calendário de Reuniões para 2026.

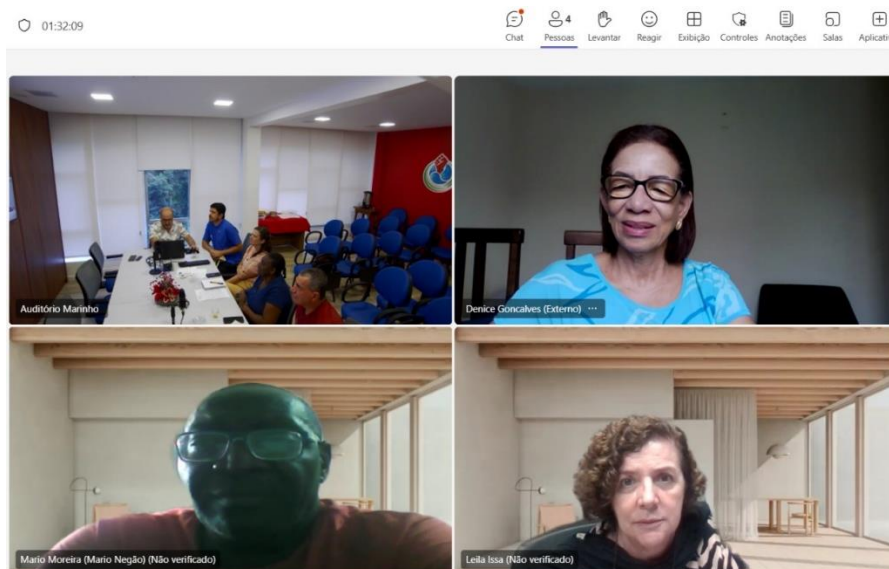
### 3. Posicionamento sobre o Projeto de Universalização (BNDES/Governo)

O conselheiro Fábio manifestou sua preocupação e indignação quanto à metodologia de instrução do projeto de universalização conduzido pelo Governo, em parceria com o BNDES.

O ponto central do questionamento reside na ausência de estudos que contemplem a opção de manutenção da prestação direta dos serviços de saneamento. Segundo o conselheiro, o modelo atual de estudos foca exclusivamente nas modalidades de Parceria Público-Privada (PPP) e licitação de novas concessões. Tal direcionamento é considerado um grave ponto de preocupação, especialmente no que tange aos trabalhadores dos sistemas de saneamento e à população mais vulnerável.

## ENCERRAMENTO

Após as manifestações finais e falas de agradecimento, a Coordenadora encerrou a reunião.



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**LORENA OLINDA DEGASPERI ROCHA**

TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE B

R-CRC - CESAN - GOVES

assinado em 11/12/2025 16:42:59 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 11/12/2025 16:42:59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por LORENA OLINDA DEGASPERI ROCHA (TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE B - R-CRC - CESAN - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-CHT1CF>